



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 6/96 SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 1996 18 de Abril de 1996

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas, no Salão Paroquial da Damaia, Freguesia da Damaia.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Vitor Manuel Lopes de Andrade.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Joaquim Marques, António da Silva Guedes, António Filipe Rodrigues, António Marques Pedrosa, Carlos Reis dos Santos, Catolino Pinto, João Ornelas Monteiro, Joel Monteiro, José Pedro Félix, Luis Brites Rosa e a Senhora Maria do Rosário Martins, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº.1 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. ácerca da Actividade Municipal;
- 2 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas i) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa à "*Cedência de Terrenos para a construção de Habitação de custos controlados a adquirir pela Autarquia*";
- 3 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas e) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa à "*Contratação de Financiamento destinado à aquisição de fogos ao abrigo do PER*";
- 4 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea c) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12

de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Relatório de Actividades e Conta de Gerência da C.M.A. do ano de 1995*".

O Senhor Presidente colocou a Ordem de Trabalhos à discussão e não havendo intervenções, colocou-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 23 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

II - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período destinado a intervenções do público, tendo para o efeito, pedido a palavra os Senhores António Pereira, Luis Rodrigues, José Figueiredo, a Senhora Elisa Baía, os Senhores Firmino Marques, José Nunes, as Senhoras Palmira Domingos e Zulmira Margarida, os Senhores Rui Costa, João Pereira, Albino Lameiro, a Senhora Gertrudes Matos, os Senhores João Veloso, José Fiuza, Manuel Silva, António Galvão e Luis Pereira.

O Senhor António Pereira na sua intervenção, falou sobre a Freguesia da Damaia, perguntando quais são os limites da Freguesia.

O Senhor Luis Rodrigues, na sua intervenção, disse que um grupo de moradores da Damaia de Cima entregou na Câmara, um "Abaixo-Assinado" e até ao momento não tiveram qualquer resposta; que este diz respeito à urbanização Caneças, quee ao fim de muitos anos, ainda não está concluída, pelo que pergunta para quando a sua finalização. Por fim, entregou um documento que se anexa à presente Acta.

O Senhor José Figueiredo, na sua intervenção, falou sobre a limpeza das ruas da Damaia, dizendo que a Damaia está há bastante tempo abandonada neste aspecto; que tem melhorado alguma coisa, mas ainda não é o suficiente; sobre os espaços verdes, dizendo que na Damaia nada é feito neste aspecto, e ainda, que gostaria que se fizesse um parque central na Damaia. Por fim, que a Damaia não tem qualquer espaço de lazer, pelo que gostava que a Câmara considerasse este problema e construísse este espaço.

A Senhora Elisa Baía, na sua intervenção, falou sobre a falta de recintos desportivos na Damaia para os jovens e o que existe está muito mal aproveitado, e ainda que este



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tem uma casa ao lado onde se realizam jogos ilícitos, pelo que solicita a construção de espaços para os jovens.

O Senhor Firmino Marques, na sua intervenção, disse que alguns condóminos cortaram dois pilares da estrutura do prédio e que pediu várias vistorias à Câmara por causa dessas anomalias.

O Senhor José Nunes, na sua intervenção, falou sobre os "Abaixo-Assinado" enviados à Câmara sobre a Rua Padre Bartolomeu de Gusmão, dizendo que até ao momento a Câmara ainda não respondeu, pelo que solicita resposta; que na mesma rua existe um carro estacionado que serve de abrigo aos marginais, pelo que solicita que este seja retirado.

A Senhora Palmira Domingos, na sua intervenção, falou sobre a insegurança na Rua Padre Bartolomeu de Gusmão; solicitou à Câmara a marcação de estacionamento na sua rua; a limpeza das ruas na Damaia. Por fim, perguntou para quando a reabertura do Cinema D. João V.

A Senhora Zulmira Margarida, na sua intervenção, falou sobre a sua habitação, no Alto dos Moinhos, dizendo que foi aberta uma vala junto de sua casa, para colocação de cabos eléctricos; que esta provocou danos na sua habitação e foi feita, sem sua autorização, em terreno que lhe pertencia, pelo que solicita que a Câmara envie a fiscalização para verificar a situação e tomar as devidas providências.

O Senhor Rui Costa, na sua intervenção, falou sobre a Praceta Natália Correia, dizendo que está para ser ali construído um jardim há mais de 15 anos, pelo que pergunta o que é que falta para a sua construção, pois a urbanização já está pronta. Por fim, sobre a falta de estacionamento na Rua Maria Lamas.

O Senhor João Pereira, na sua intervenção, falou sobre o Posto de Saúde da Damaia, perguntando para quando a construção deste; a reparação do Cinema D. João V, perguntando se há ou não desbloqueamento de verbas para a reparação do mesmo; o mau estado em que se encontram todas as ruas da Damaia; o que está previsto para a ocupação dos tempos livres dos jovens e por fim, sobre a Esquadra da PSP na Damaia, perguntando se é verdade ou não, que está prevista a sua saída da Damaia para a Venda Nova.

O Senhor Albino Lameiro, na sua intervenção, falou sobre a Avenida Padre Himalaia, dizendo que fazem falta casas-de-banho para os ciganos, pois estes fazem as necessidades encostados aos prédios; sobre a Praceta D. José Barbosa, dizendo que as águas dos terrenos envolventes à praceta vão desaguar na parte mais baixa, levando terra para a praceta, pelo que solicita à Câmara que mande retirar aquela terra e mande fazer sargetas para que esta situação não se repita.

A Senhora Gertrudes Matos, na sua intervenção, falou sobre a iluminação da Rua Garcia de Orta, dizendo que há falta de iluminação nesta rua; solicitou que fossem colocados quadros electrónicos por todo o Concelho, com o nome das ruas principais e a delimitação das Fregusias; perguntou para quando o início das obras do novo mercado da Damaia; perguntou em que situação se encontra o Hospital. Por fim, perguntou qual a razão da saída da Esquadra da PSP da Damaia e solicitou a pintura das passagens de peões.

O Senhor João Veloso, na sua intervenção, falou sobre a Rua Catarina Eufémia, dizendo que há largos meses para cá está estacionado um autotanque da Galp, junto da Escola Primária, dizendo que é um perigo, pelo que solicita que sejam tomadas medidas de modo a isto não acontecer; sobre a Associação dos Jovens Amigos da Damaia, dizendo que onde esta se encontra estava destinado um jardim e até ao momento ainda lá continua aquela Associação. Por fim, sobre o terreno junto à Igreja, perguntando se este terreno é ou não para construção do Centro de Saúde.

O Senhor José Fiuza, na sua intervenção leu um documento (anexo à presente Acta).

O Senhor Manuel Silva, na sua intervenção, falou sobre a falta de jardins na Damaia e sobre a Associação dos Jovens Amigos da Damaia.

O Senhor António Galvão, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, perguntando para quando é que se resolve o problema dos desalojados daquele Palácio.

O Senhor Luis Pereira, na sua intervenção, falou sobre o Centro de Saúde da Damaia, dizendo que este não serve a população condignamente; perguntou quando é que será construído o novo Centro de Saúde. Por fim, falou sobre a falta de recintos desportivos na Damaia, dizendo que devem ser construídos para que os jovens tenham locais onde se possam divertir.



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Câmara interveio para responder a algumas questões, tais como, o Cinema D. João V, dizendo que está a ser arranjado pela Câmara, sem qualquer subsídio; que o primeiro projecto foi mal concebido e que está a ser corrigido; o policiamento, dizendo que este não é da competência das Câmaras; que a Câmara tem tido reuniões com o Ministério para que seja construída uma nova Esquadra, no terreno junto da antiga, sendo este na Freguesia da Falagueira/Venda Nova; a construção do Parque 25 de Abril, junto da Estação da CP; o Centro de Saúde da Damaia, dizendo que a Câmara cedeu o terreno, junto à Igreja, para a construção do novo Centro de Saúde; a Planta-Roteiro, dizendo que já foi aprovada e vai ser distribuída por todas as Juntas de Freguesia e colocada à venda para todos os munícipes; que ainda não há condições para se colocarem os placards electrónicos com o nome das ruas; o realojamento dos ciganos, dizendo que é completamente falso que a terraplanagem do terreno, onde vão ser colocados os contentores, tenha custado cinquenta mil contos, pois nem todo o conjunto custou essa importância; que a compra dos contentores foi uma solução que a Câmara encontrou por não existir outra melhor; a falta de espaços na Freguesia; a Associação dos Jovens Amigos da Damaia, dizendo que esta questão é muito complicada; que a Câmara gostaria muito que a Associação saísse daquele local, mas não tem competência para a retirar; que a Câmara não tem capacidade para dar as respostas adequadas nem capacidade de receber as pessoas para resolver algumas questões; que existe um protocolo assinado entre a Junta de Freguesia da Damaia e a Associação dos Jovens Amigos da Damaia para utilização daquele espaço, pelo que compete à Junta de Freguesia dar por findo este protocolo; a abertura da vala, junto da casa da munícipe, dizendo que é da responsabilidade da empresa que abriu a vala; que a única coisa que a Câmara faz é licenciar as obras devendo ser a empresa responsabilizada por qualquer dano que faça a terceiros; a falta de pavilhões nas escolas, dizendo que a sua construção é da competência do Ministério da Educação e não da Câmara; que a Câmara foi convidada, pelo Governo anterior, a assinar um acordo para apoiar em 30% a construção dos pavilhões, o qual a Câmara aceitou, mas com este Governo, esse programa caducou, pelo que não vai ser posto em prática; que a Câmara vai insistir com o Ministério para que sejam construídos mais pavilhões, uma vez que o património não é da Câmara e nem compete à Câmara; o Neudel, dizendo que é um projecto de criação de uma grande zona verde, de lazer e desporto para a juventude e

não só, mas este espaço pertence a mais de dez proprietários e até ao momento não tem sido possível expropriar ou chegar a acordo com os proprietários para que aquele espaço passe para a posse da Câmara; que já foi adquirida uma parcela, que é aquela onde estão os ciganos e o resto levará o seu tempo para ser adquirido; que têm sido feitos parques urbanos sempre que é possível, pelo que não existe só o Parque Central da Amadora; que não é possível realojar todas as seis mil famílias que vivem nos bairros degradados do Concelho; que foi assinado pela Câmara o Plano Especial de Realojamento; que a Câmara está em contacto com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e a Senhora Secretária de Estado da Habitação, no sentido de sair um despacho especial para que a Câmara, a JAE e o IGAPHE estudem este problema grave que são as barracas da Amadora e encontrar uma solução; o Palácio da Brandoa, dizendo que é um problema complexo, pelo que preferia informar, mais tarde a Assembleia Municipal, porque a Câmara deliberou não poder suportar mais o custo do realojamento das pessoas numa pensão. Por fim, disse que devido à situação criada pelas chuvas, a Câmara tomou esta posição, mas que não pode ser mantida por muito mais tempo; que a responsabilidade é do senhorio, pois este tem de manter o prédio em bom estado de conservação e caso não o faça, a Câmara só poderá notificá-lo para fazer as obras.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

IV - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia informou que deu entrada na Mesa um Requerimento a solicitar o prolongamento deste período, que leu de seguida e o colocou à votação, merecendo a aprovação por unanimidade dos 28 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores João Caldeira, Armando Paulino, a Senhora Maria Luisa Jubilado e o Senhor Luis Francisco.

O Senhor João Caldeira, na sua intervenção, falou sobre a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, criticando-a; o Casal do Pombal, junto à ponte de Carenque, dizendo que a população daquele Casal foi abordada por um senhor não identificado, que lhes disse para procurarem outras casas, pelo que gostaria de saber o que é que se



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

passa; os Editais da Câmara, dizendo que não estão feitos em condições desde o nº 55/95, pelo que para ele revela desleixo dos Serviços e pouca atenção de quem assina o Edital; a mensagem de Páscoa enviada aos munícipes da Amadora, dizendo que esta mensagem está escrita em papel timbrado do Gabinete da Vereação e é assinada pelo Senhor Vereador Granja da Fonseca, pelo que considera abusivo o uso de meios da Câmara por parte do Senhor Vereador, solicitando à Câmara que tome as medidas necessárias; que levante um inquérito no sentido de saber se a mensagem foi feita nos Serviços da Câmara, utilizando as suas fotocopiadoras e se a estampilhagem foi paga por esta; o Cinema D. João V, dizendo que gostou de ouvir o reconhecimento, por parte do Senhor Presidente da Câmara, do erro cometido por parte desta e pensa que estas situações não se compadecem com erros; que a população da Damaia e do Concelho está privada, há quase dois anos, de uma sala de espectáculos, e não existem muitas no Concelho; a Casa Aprígio Gomes e a Casa Roque Gameiro, dizendo que as obras estão paradas. Por fim, sobre a residência da Senhora Zulmira, dizendo que o que a Senhora pretende saber é a quem vai pedir responsabilidades pela degradação da sua habitação devido à abertura da vala, por parte da LTE e pela ocupação de terreno particular.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, falou sobre as seis famílias que estavam a viver no Palácio da Brandoa; que a Câmara, em determinada altura, deliberou fazer uma intervenção no Palácio, através de obras coercivas, em virtude do senhorio não fazer as obras mas, até ao momento, não interveio; os Serviços Municipais de Protecção Civil, dizendo que estes não estão em condições de responder a determinadas situações, tais como, o realojamento das famílias do Palácio da Brandoa; que os Serviços Municipais de Protecção Civil são da responsabilidade da Câmara; que não têm funcionado até hoje e a prova está com o problema do realojamento das famílias do Palácio da Brandoa; o que a Câmara gasta com estas seis famílias é mais ou menos quatro mil contos; que a Câmara tem a sua competência quase esgotada no ponto de vista do realojamento, porque tem um timing a cumprir, perguntando se as estruturas que estão a seguir à Câmara já foram contactadas e que demarches foram feitas junto do Ministério competente para tratar do realojamento dessas famílias; que a Junta de Freguesia da Brandoa, através do seu Presidente, pediu esclarecimentos, há mais de dois meses na Assembleia, sobre o ponto da situação e até ao momento ainda não obteve resposta; solicitou à Câmara que este assunto fosse tratado, do ponto de vista humano, de modo a que não se vejam mais pessoas junto à

Câmara; que a Câmara tem alguns andares e algumas instalações fechadas, que podem ter condições para o realojamento destas famílias. Por fim, perguntou o que é que se passa com os dois andares da Rua do Município, e ainda, se são ou não da Câmara e se esta tem ou não aqueles andares na sua posse.

A Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, falou sobre a Damaia, dizendo que houve um enorme crescimento anárquico do parque habitacional, sem espaços verdes e outras infraestruturas, o que faz com que haja uma enorme falta de qualidade de vida; a iluminação pública, dizendo que se congratula com a melhoria desta nos espaços nobres; a recolha de lixo, dizendo que há dias que não se faz a recolha atempadamente, assim como, a lavagem dos contentores. Por fim, solicitou à Câmara para que se faça uma campanha publicitária no sentido de tornar as pessoas mais sensíveis aos problemas do lixo; solicitou aos Senhores Presidente da Câmara e Vereadores que se deslocassem mais vezes às Freguesias da periferia de modo a observar os problemas mais atentamente.

O Senhor Luis Francisco, na sua intervenção, falou sobre o Cinema da Brandoa, perguntando se há algum projecto aprovado para o local do cinema; o Palácio da Brandoa, criticando a tomada de posição da Câmara no realojamento das 6 famílias na pensão; a Casa Aprígio Gomes, dizendo que a Câmara está a recuperar esta casa, pois é uma casa histórica do Município, mas o Palácio da Brandoa não é menos histórico, do que a Casa Aprígio Gomes. Por fim, solicitou à Câmara que tomasse as devidas providências, de modo a que aquelas famílias não sofram, pedindo que sejam colocadas nos andares da Rua do Município que julga estarem ainda vagos.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia informou que deram entrada na Mesa dois Votos de Pesar, sendo o primeiro sobre a morte do actor Mário Viegas, apresentado pela bancada do PS, que passou a ler, e de seguida, colocou-o à admissão, sendo admitido por unanimidade dos 27 Membros presentes.

Seguidamente procedeu à leitura do segundo Voto de Pesar, relativo à morte do Senhor Martinho Simões. Após a sua leitura, colocou-o à admissão, sendo admitido por unanimidade dos 27 Membros presentes.

Após esta votação, interveio o Senhor José Teodoro, para falar sobre uma notícia do jornal sobre o ATL-Moínho da Juventude, dizendo que a Câmara tem conhecimento deste ATL; que o Senhor Vereador do Pelouro já o visitou e achou que tinha as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

condições exigidas para o seu funcionamento, bem como, a Técnica de Serviço Social; que o problema que existe é o de ser licenciado pela Câmara; pensa que aquela construção é clandestina, daí as dificuldades de licenciamento; que existem outras construções clandestinas onde estão a funcionar bares, aos quais foram passadas as devidas licenças. Por tudo isto, solicita esclarecimentos sobre aquele ATL; o Seminário sobre as Cidades Saudáveis, dizendo que para este recebeu três convites; que não é a primeira vez que isto acontece; que normalmente recebe dois convites para o mesmo evento, pelo que perguntou se isto não acarreta custos adicionais para a Câmara, e ainda, como é que esta correspondência é enviada; a reestruturação dos quadros da Câmara, perguntando em que situação se encontra; a Praceta Padre Ferreira do Amaral, dizendo que existe um projecto para esta praceta e no que diz respeito ao estacionamento, este aponta apenas para cargas e descargas, pelo que pensa que esta questão deve ser melhor analisada, solicitando também, que fosse informado sobre esta questão. Por fim, sobre o trânsito na Rua António Feijó, dizendo que houve alterações, e uma mudança no sentido de desbloquear essa via, mas que se passa uma situação muito grave, que é a do sinal direccional para a Rua Elias Garcia/Jardim, estar aberto apenas três segundos, pelo que só dá para a passagem de uma viatura, e se o motorista estiver distraído, nem uma viatura passa; que verificou que estão a passar quatro viaturas neste sinal, o que implica que três delas passam em transgressão o que se torna perigoso e pode provocar acidentes. Por toda esta situação sugere que os sinais fiquem intermitentes.

O Senhor António Oliveira, na sua intervenção, falou sobre a Associação dos Jovens Amigos da Damaia, dizendo que este clube está em instalações da Câmara e só da Câmara, pelo que se passa lá dentro é só da responsabilidade da Câmara; que o que a Junta de Freguesia tinha de fazer, fê-lo, isto é, rescindiu o contrato na devida altura, quando notou que as coisas estavam a andar mal; que neste momento, a Junta de Freguesia, apenas tem os balneários, a cabine do cilindro e o polidesportivo, o resto das instalações são da responsabilidade da Câmara; que se aquele espaço está a ser utilizado neste momento, como casino é da responsabilidade da Câmara; a Esquadra da PSP, dizendo que lhe desagrada bastante o facto da solução encontrada ter sido aquela que foi, sem que tivesse sido ouvida a Junta de Freguesia; que posteriormente teve reuniões na Esquadra da Damaia, com o Senhor Vereador Carlos Silva e com o Senhor Comandante da Divisão da Amadora, onde foram colocadas questões importantes que podem levar à não saída da Esquadra da Damaia, assim como ao

aumento de efectivos naquela área. Neste sentido, solicita ao Senhor Presidente da Câmara que oiça a Junta de Freguesia, pois até ao momento, não a ouviu; as marcações para estacionamento efectuadas em várias ruas da Damaia; que a Praceta Luis Ludovice ainda não tem marcações de estacionamento; a urbanização Caneças, dizendo que é um assunto que o preocupa; que gostaria de receber a resposta por escrito, sobre o valor das garantias bancárias afectas, neste momento, àquela urbanização, e também, quais foram libertas sem que a obra tenha sido concluída; o edifício do Alerta Médico sito na Rua D. Carlos I, dando para a Rua José Estevão, dizendo que enviou um ofício com um "Abaixo-Assinado" com 400 assinaturas; que é um edifício onde se entra pelo Rés-do-chão da Rua D. Carlos I e se sai no 4º Andar, que é o Rés-do-chão da Rua José Estevão; que esse edifício tem uma passagem pública que também serve os condóminos deste, logo, deveria haver iluminação pública naquela passagem, mas como não existe, aquele local tornou-se num antro de droga e a mais suja da Damaia, pelo que solicita que a Câmara se preocupe com aquele local; a iluminação pública, dizendo que a Rua Ilha da Madeira não tem iluminação; o Polidesportivo da Damaia, dizendo que os projectores ali instalados não estão focados, pelo que solicita a sua focagem. Por fim, sobre o novo mercado de levante, perguntando para quando o lançamento do seu concurso, uma vez que a Câmara já recebeu cerca de cento e trinta e quatro mil contos do Gabinete do Nó Ferroviário para a sua construção.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre o Roteiro da Amadora, dizendo que tem qualidade, apresentação, mas também algumas falhas, mas entende que mais vale um com ligeiras falhas do que nenhum; que é legível e digno de ser distribuído; a TVCABO, dizendo que assistiu à sua apresentação de instalação no Concelho de Amadora, no Auditório Municipal, mas deve ser feito um protesto à TVCABO pelos empreiteiros que arranjou, pois detrioram os passeios e arruamentos e deixam por arranjar o que estragam; que estão a colocar fios desordenadamente e a abrir buracos nos prédios sem consultarem os condóminos, ou os senhorios - é uma verdadeira anarquia; que os passeios estão cheios de caixas à superfície e se alguns são largos e permitem a instalação das caixas, outros há, que pouco mais têm que um metro de largura, onde não pode passar um deficiente de cadeira de rodas devido à colocação daquelas caixas. Por fim, falou sobre os semáforos da Rua António Feijó, dizendo que o que se está a fazer, através dos Serviços de Trânsito, é orientar de forma a permitir o alargamento do funcionamento do sinal de trânsito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Presidente da Câmara responderia às questões colocadas pelos Membros da Assembleia, no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, que se destina à actividade municipal, tendo de seguida dado este período por encerrado.

V - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do n.º.1 do Art.º.39.º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. ácerca da Actividade Municipal;

O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que a informação escrita foi distribuída por todos os Membros da Assembleia; pensa que está mais sintética; que o conteúdo ainda tem algumas falhas, mas melhorou e abrange a maioria dos serviços da Câmara, que têm uma acção directa junto do público. De seguida, respondeu às questões colocadas pelos Membros da Assembleia, no período anterior, tais como, o policiamento, dizendo que este não é da responsabilidade da Câmara, mas a Câmara tem tido a preocupação do policiamento no Concelho; que as Câmaras, até 1984, tinham a responsabilidade de construir as Esquadras da PSP, segundo planeamento do Ministério do Interior, mas a partir daí não têm mais nada a ver com o policiamento, a não ser reclamar, protestar, pedir, solicitar, etc.; a construção de escolas, dizendo que as Câmaras só têm de construir as escolas primárias; a construção dos pavilhões das escolas, dizendo que não é da competência da Câmara; o Centro de Saúde da Damaia, dizendo que a sua construção não é da competência da Câmara, mas sim da Administração Central; o lixo nas ruas, dizendo que é da competência da Câmara, bem como a construção dos jardins, estacionamento, circulação, iluminação pública, etc.; as instalações da Associação dos Jovens Amigos da Damaia, dizendo que a Câmara entregou as instalações à Junta de Freguesia; que esta fez um contrato com a Associação; que ele não tem conhecimento da denúncia deste; que se denunciou o contrato, gere aquelas instalações na mesma, pois a Câmara não disse que deveria gerir as instalações com a Associação, mas sim, com quem entendesse; que a propriedade daquelas instalações é da Câmara, mas a gestão é da Junta de Freguesia; o ATL do Moinho da Juventude, dizendo este se encontra num bairro clandestino; que se este pede uma licença de utilização, também terá de pedir uma licença de construção; que para pedir estas licenças teria de estar implantado em terreno seu e não em terreno de outrém, pelo que a Câmara não pode passar a licença; que se o

Presidente da Câmara passasse essa licença perderia o mandato; a inspecção que foi feita pelo IGAT, dizendo que se detectaram algumas irregularidades, mas não sendo irregularidades graves estando a ser resolvidas; que foi aprovada pela Câmara a utilidade pública do ATL do Moínho da Juventude; que a Câmara considera que o Ministério deve autorizar aquele ATL; a Esquadra da PSP, dizendo que o que foi solicitado pela Junta Metropolitana foi a necessidade de policiamento; que o Executivo aprovou por unanimidade a localização da Esquadra naquele local; que quem decide a localização desta é o Ministério; o envio de vários convites para a mesma pessoa, dizendo que houve um erro; os Editais, dizendo que não assina nenhum Edital antes do Director de Departamento o assinar; a Macroestrutura da Câmara, dizendo que é um problema que se tem arrastado há muito tempo e não se tem conseguido resolver; que já no mandato anterior não se conseguiu resolver; que se anunciaram novas competências para as Câmaras Municipais, podendo a Assembleia estar a estudar este assunto e já estar desactualizado, mas a Câmara continua a trabalhar numa Macroestrutura para a Câmara Municipal; o Palácio da Brandoa, dizendo que a Câmara tem um volante de realojamento, mas há dificuldades em o gerir; que a Câmara, em certas situações, pode substituir o senhorio; a urbanização Caneças, dizendo que é uma urbanização antiga; que há ainda garantias bancárias; que o problema é se a empresa ainda existe ou está em transformação, pelo que não se sabe a quem se deve dirigir; que se o urbanizador não acabar a urbanização a Câmara o fará, mas a Câmara está a tentar encontrar o urbanizador para fazer as infraestruturas; que da parte de um dos proprietários foi dito que vai fazer a parte que lhe compete. Por fim, que é um problema complicado e um problema de tribunal.

De seguida, interveio a Senhora Vereadora Helena Bastos, por Delegação do Senhor Presidente da Câmara, para falar sobre a urbanização Caneças, dizendo que recebeu o Senhor Caneças, estando este interessado em resolver o problema; que os projectos das zonas verdes foram feitos pelos Serviços da Câmara; que não sabe quando é que as obras começam; que a Câmara está profundamente empenhada na resolução deste problema e que será resolvido durante este mandato. Por fim, referiu que quando a Câmara recebe os espaços verdes construídos, estes são descentralizados para as Juntas de Freguesia com as verbas correspondentes e são as Juntas de Freguesia as responsáveis pela sua manutenção.

Após esta intervenção, inscreveram-se para intervir os Senhores Guilherme Guimarães, Manuel Jerónimo, Armando Paulino, António Mira, Alves Nunes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Tremoço de Brito, João Caldeira, Jaime Garcia, António Oliveira, a D^a. Maria Luísa Jubilado, e o Senhor José Teodoro.

O Senhor Guilherme Guimarães, fez uma intervenção política, que fica apensa à Acta.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, falou sobre a falta de sanitários públicos, dizendo que a Câmara deve construí-los o mais depressa possível.

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, falou sobre a protecção civil, dizendo que ela pura e simplesmente não existe e não tem qualquer tipo de meios à disposição da população para a eventualidade de uma catástrofe; que a protecção civil é da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara. Por fim, perguntou se, nas condições em que foram realojadas as famílias do Palácio da Brandoa, o pagamento das despesas efectuadas com o realojamento, tem cabimento legal.

O Senhor António Mira, na sua intervenção, falou sobre o Cinema D. João V, perguntando se a Câmara se candidatou a algum subsídio para as obras de recuperação daquele Cinema, e em caso afirmativo, qual foi o montante do subsídio; os passeios levantados pelo empreiteiro para colocação do gás na Brandoa, dizendo que a Junta de Freguesia alertou a Câmara para a má colocação dos passeios e até hoje a Câmara não respondeu, continuando a obra mal executada; o Centro de Saúde da Damaia e o Hospital, dizendo que são da responsabilidade do Governo; a construção das Esquadras da PSP são da responsabilidade do Governo; que todas estas realidades são verdade, mas a Câmara deveria pressionar as entidades para que as obras sejam feitas; o carro do munícipe que foi rebocado, perguntando se este constava no Edital. Por fim, sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que houve uma intervenção da Câmara, devido ao mau estado do Palácio, perguntando se durante o espaço de tempo em que as famílias foram realojadas na Pensão Vista Alegre, a Câmara contactou as entidades competentes para realojarem estas famílias.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre o Relatório de Actividade Municipal, nomeadamente sobre a segurança e saúde; a abertura das urgências do Hospital Amadora/Sintra e a preparação da entrada em funcionamento da extensão do Centro de Saúde da Venda Nova; que, como Membro da Comissão de Utentes do Hospital Amadora/Sintra, teve conhecimento de algumas anomalias no Hospital, nomeadamente um inquérito de procedimentos ordenado pela Senhora Ministra da Saúde, pelo que gostaria de saber quais os contactos da Câmara com a Senhora

Ministra da Saúde e com o Senhor Presidente do Conselho da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; que a Senhora Presidente da Câmara de Sintra não reconhece a Comissão de Utentes do Hospital; que esta Comissão é formada por vários autarcas dos concelhos da Amadora e Sintra; que o Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos, num programa de televisão, criticou os Municípios da Amadora e Sintra pelo seu pouco empenhamento na luta para que o Hospital Fernando Fonseca funcionasse a cem por cento e em pleno, para satisfação das populações; perguntou se a Senhora Ministra da Saúde está sensibilizada para os problemas que têm existido naquele hospital; a segurança no Município, dizendo que faz parte da Comissão de Segurança da Assembleia. Por fim, falou sobre as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre a alteração e inclusão de verbas para ajudar a criar e construir as instalações para as forças e serviços de segurança dos Comandos das Divisão de Loures, Amadora e Sintra e onde está incluída a Esquadra da Brandoa.

O Senhor Tremoço de Brito, na sua intervenção, falou sobre o desemprego na Amadora; os problemas da droga, da prostituição e de habitação devem-se à grave situação social que existe a nível do Concelho; os bairros clandestinos, dizendo que vivem no Concelho mais de seis mil famílias nestes bairros. Por fim, fez uma declaração política.

O Senhor João Caldeira, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que a responsabilidade da situação das famílias é da protecção civil; a protecção civil, dizendo que esta compete ao Senhor Presidente da Câmara; as famílias desalojadas do Palácio da Brandoa, perguntando se o Senhor Presidente pode, desde já, dar a garantia que a Câmara Municipal, através dos meios que tem para resolver estas situações, vai resolver a situação. Por fim, dizendo que a Câmara pode resolver este problema, notificando o senhorio para efectuar as obras, e caso este não as efectue, a Câmara pode fazê-las, através de obras coercivas. De seguida, falou sobre o Relatório de Actividade Municipal, dizendo que há algumas falhas, nomeadamente, nos Mercados; os investimentos em obras coercivas, dizendo que não vê nada sobre este assunto no relatório; a Divisão de Trânsito, dizendo que não vê nada sobre algumas obras efectuadas durante o período do Relatório; a Necrópole de Carenque foi aberta ao público; que foi assinado um protocolo com a Universidade de Letras de Lisboa para ser criado naquele local, um Campo Universitário de Arqueologia, proceder ao arranjo paisagístico, assim como à recuperação dos dois moínhos que ali existem, mas até ao momento nada foi feito, e nesta altura o local



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

onde era para ser construído o campo universitário, está transformado num campo de capim, pelo que gostaria de saber a razão desse protocolo não estar já em execução. Por fim, sobre os Recreios da Amadora, dizendo que pensava que com as obras, este iria ser recuperado, mas a única coisa que é recuperada é a fachada, sendo destruído todo o resto.

O Senhor Jaime Garcia, na sua intervenção, falou sobre o escoamento de águas do complexo da Buraca, dizendo que a Câmara foi alertada para esta situação no ano passado, ainda com as obras a decorrer; o mobiliário do Centro de Reformados e Idosos da Buraca, dizendo que lhe foi dito que estes tiveram de o comprar; que lhe foi respondido pelo Senhor Presidente da Câmara que o mobiliário foi comprado pela Câmara, mas ele sabe que quem o comprou foram os reformados e idosos que vão ocupar aquele Centro. Por fim, sobre a falta de resposta aos ofícios enviados pela Junta de Freguesia da Buraca, dizendo que desde que é Presidente de Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Câmara nunca lhe respondeu a um ofício e nunca reuniu com ele.

O Senhor António Oliveira, na sua intervenção, falou sobre uma reunião com a Senhora Vereadora Helena Bastos, dizendo que nessa reunião ficou com o sentimento, que na Damaia de Baixo, iriam ser implantados treze Moloks, perguntando se serão colocados ou não. Por fim, sobre a Igreja da Damaia, dizendo que não está pintada no exterior, pelo que solicita à Câmara, não a pintura, mas sim as tintas para a sua pintura, responsabilizando-se o próprio, pelos andaimes e pela mão-de-obra.

A Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, fez uma declaração política.

O Senhor António Mira, voltou a intervir, para perguntar quais foram as demarches feitas pela Câmara junto dos investidores e das associações empresariais para trazer investimentos para o Concelho, para assim tentar diminuir o desemprego; a Esquadra da Brandoa, dizendo que pela primeira vez viu no PIDDAC uma verba de duzentos e trinta mil contos para a sua construção, porque as que têm vindo até esta data, eram verbas irrisórias. Por fim, perguntou quanto é que a Câmara pediu pela Escola em ruínas para que ali fosse construída a Esquadra da Brandoa.

O Senhor Manuel Jerónimo, voltou a intervir, para fazer uma intervenção política.

O Senhor Armando Paulino, voltou a intervir para falar sobre a proliferação de barracas no Concelho, pergutando se esta é da responsabilidade do Governo ou da Câmara.

O Senhor Tremoço de Brito, voltou a intervir para dizer que na Amadora há cerca de treze mil desempregados; que nestes últimos seis meses aumentou em cerca de mil, o que torna esta situação numa situação degradante para os trabalhadores.

O Senhor Presidente da Câmara, interveio para responder a algumas questões colocadas, tais como, os sanitários, dizendo que há sanitários no núcleo de desalojados ocupado pelos ciganos; os fogos desocupados da Câmara, dizendo que não existem fogos disponíveis na Brandoa; o Cinema D. João V, dizendo que não foram solicitados subsídios para as obras deste cinema e estas são suportadas pela Câmara; os Recreios da Amadora, dizendo que foram pedidos subsídios para as obras deste; que nestas obras o FEDER subsídia em cinquenta por cento; que foram alvo de um concurso público de ideias; que foi aprovado pela Câmara há já uns anos; as obras efectuadas pelo Governo, dizendo que têm intervenção da Câmara, nomeadamente, a CRIL e a CREL; o terreno para a construção da Esquadra da Brandoa, dizendo que o que a Câmara aprovou foi a doação do terreno para a sua construção; que foi pedido dinheiro há uns anos pelo terreno, mas foi retirada pela Câmara esta posição, podendo o Presidente da Câmara negociar gratiutamente o terreno; o realojamento das famílias do Palácio da Brandoa, dizendo que este é um problema muito sério; que não se pode comprometer em nada, a não ser naquilo que foi decidido pela Câmara; que não tem poderes nenhuns para se substituir à Câmara, pois neste momento aquele problema não é da Protecção Civil, mas da Câmara assumir ou não o pagamento do realojamento; a assinatura de alguns Editais incorrectos, dizendo que se assinou, foi na boa fé, entre os inúmeros que assina diariamente; que o Relatório está a melhorar; que não é de propósito que não vem nada sobre o trânsito e obras coercivas, pois no anterior também faltou da Senhora Vereadora Helena Bastos, a área que lhe pertence e que chamou à atenção para este facto; que o que vem no Relatório não vem nos Boletins Municipais; o Projecto Cidades Saudáveis, dizendo que fica, pela primeira vez, consignado em Programa de Governo; o Centro de Saúde da Brandoa, dizendo que está praticamente construído e que abrirá brevemente; o Hospital Fernando Fonseca, dizendo que a Câmara aprovou moções, por unanimidade, que foram enviadas para a Comunicação Social e para o Ministério, sobre a sua posição contra a gestão privada do Hospital; o Projecto Alfa, que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

descentralização dos Centros de Saúde, dizendo que as Câmaras da Amadora e de Sintra tiveram uma reunião com o Presidente da Área da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a pedido dele e que referiu que este projecto é uma aproximação dos médicos aos doentes. Por fim, sobre o contrato de concessão, dizendo que lhes foi perguntado se poderiam analisar aquele contrato e se este era ou não cumprido; que a sua opinião, bem como a da Senhora Presidente da Câmara de Sintra, era a de que deveriam ser as Assembleias Municipais a acompanharem a gestão do Hospital.

A Senhora Vereadora Helena Bastos, por Delegação do Senhor Presidente da Câmara, interveio para falar sobre a questão da viatura abandonada, dizendo que lhe foi colocada, há cerca de um ano, pelo próprio munícipe, que recebeu, no seu gabinete, acompanhada pelo Advogado, responsável pela Fiscalização Municipal; que a Viatura se encontrava nos Moínhos da Funcheira; que foi seguida a tramitação normal na base da Linha Verde, com aposição do sinal de recolha de viaturas; que havia sinais de abandono desta viatura; que o que foi dito ao munícipe foi que a viatura ficaria nos Moínhos da Funcheira, até que este efectuasse o pagamento normal de uma viatura que está instalada no Parque da Câmara para esse fim; que o munícipe se recusou a efectuar esse pagamento. Por fim, sobre os moloks, dizendo que na altura justificou-se a suspensão da sua colocação na Damaia, devido às intemperies, mas posteriormente o que aconteceu foi que em Fevereiro, foi anulado um concurso de aquisição, através de leasing, de viaturas com grua, porque só se apresentou um candidato que não reunia as condições. Tendo a Câmara insuficiências de viaturas com grua, os Moloks estão guardados em armazém e os destinados à Damaia não serão colocados noutro local, mas sim na Damaia de Baixo.

O Senhor Vereador Andrade Neves, por Delegação do Senhor Presidente da Câmara, interveio para dizer que quando se diz que a Amadora é uma herança de Oeiras, deveria-se antes dizer, como foi o caso da Brandoa toda clandestina, que foi herança do Fascismo; que o Parque Central foi lançado pela Câmara de Oeiras, no que respeita ao projecto, início da obra e expropriação do terreno. Por fim, que se orgulha de se ter batido sempre pela separação da Amadora de Oeiras.

O Senhor Presidente da Câmara, voltou a intervir para dizer que a obra foi lançada pela Câmara da Amadora e que o projecto foi feito pela Câmara de Oeiras, e ainda, que a obra do Alto Maduro foi lançada pela Câmara de Oeiras.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, fez uma declaração política.

O Senhor Armando Paulino voltou a intervir, para falar sobre as seis famílias desalojadas do Palácio da Brandoa, perguntando o que é que a Câmara já fez, junto das entidades competentes para resolver a situação daquelas famílias.

O Senhor Vereador Carlos Silva, por Delegação do Senhor Presidente da Câmara, interveio para dizer que relativamente aos apoios da Administração Central, nomeadamente, o Serviço Nacional de Protecção Civil e o Centro Regional de Segurança Social, não foi possível obter uma resposta.

O Senhor António Mira voltou a intervir para perguntar ao Senhor Vereador Carlos Silva qual foi a pessoa contactada no Centro Regional.

O Senhor Presidente da Câmara voltou a intervir para dizer que na reunião de Câmara do dia anterior, foi dada a incumbência aos Senhores Vereadores Carlos Silva e Cumbre Tavares para tentarem resolver a situação daquelas famílias.

O Senhor Vereador Carlos Silva, por Delegação do Senhor Presidente da Câmara, interveio para dizer que o contacto foi feito com o Centro Regional de Sintra, que é quem gere a área da Amadora, e ainda, que as famílias do Palácio da Brandoa têm sido acompanhadas por assistentes sociais da Câmara Municipal da Amadora.

Após esta intervenção, e devido ao adiantado da hora, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por suspensão às 02.15 horas.